

- FERREIRA, Juliana. *Sociedade, Cultura e Identidade em Vidas Secas, de Graciliano Ramos e os Magros, de Euclides Neto*. (Tese de Dissertação) - Universidade Federal de Goiás Regional- Catalão, 2014.
- MARTINS, Dora & VANALLI, Sônia. *Migrantes*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986
- NETO, M. F. de S. *Alma e Gesto: Escritos Geográficos*. Paraíba: Grupo de Estudo de História do Pensamento Geográfico, 1997.
- OLIVEIRA, Marta Francisco de. *A Migração nordestina e a construção da identidade cultural: uma análise da realidade coxinense à base de A hora da Estrela, de Clarice Lispector*. 2003. Disponível em: <<http://www.museu-emigrantes.org/seminario-comunicacaomarta-fran.htm>> Acesso em: 11 abr. 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, (org) *Escrita, linguagem, objetos. Leitura de história cultural*. Bauru/SP: Edusc, 2004, 282p.
- QUEIROZ, R. de. *O Quinze*. 77ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.b
- SOUSA, Rainer. *Ciclo da Borracha*. Brasil escola, 2009. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/ciclo-borracha.htm>> Acesso em 25 jun. 2009.

**ENTRE A VIDA PÚBLICA E PRIVADA: MULHERES DA CIDADE DE  
CAJAZEIRAS NOS ANOS DE 1887 E 1898**

Ana Victória de Medeiros Oliveira  
Universidade Federal de Campina Grande  
anavictoria.dma@gmail.com

Orientadora: Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos  
Universidade Federal de Campina Grande  
vggomesdeceballos@gmail.com

## **RESUMO**

A História do Alto Sertão paraibano é marcada por uma participação efetiva das mulheres. Todavia, baseado no estudo de parte da documentação judicial de século XIX do Termo de Cajazeiras, é possível perceber a atuação de algumas figuras femininas, a exemplo disso temos Victoria Biserra de Mello, residente na zona urbana, atuando como professora do ensino primário para o sexo feminino; e Ana Biserra de Sousa, residente na zona rural, mais precisamente no sítio Alagoinha, que realiza uma doação avaliada em mais de dois contos de réis. Por conseguinte, o estudo tem como pretensão discutir sobre a vida dessas duas mulheres, analisando a dicotomia entre o ambiente público e privado, a autonomia e participação das mesmas na História local e as características de organização social e cultural, notando a proximidade ou distância com os estudos referentes à História das mulheres em âmbito nacional no mesmo período.

**Palavras-chave:** mulheres; alto sertão; século XIX.

## **INTRODUÇÃO**

Antes de adentrar as discussões do trabalho feminino no Alto Sertão da Paraíba, é necessário que se conheça um pouco do entorno geográfico que é utilizado como referência espacial para o presente estudo. No que se refere ao momento histórico que envolve o recorte temporal analisado nesta observação, vale ressaltar que Cajazeiras já era considerada cidade; houvera sido inicialmente uma franquia e logo após, vila. A cidade atualmente está localizada a pouco mais de 460 km da capital da Paraíba, João Pessoa. E sua localização é bastante considerável, visto que há proximidade com outros estados como o Ceará e Rio Grande do Norte.

Ao se pensar o exercício do trabalho feminino no século XIX, logo imagina-se a existência reduzida dele, por se tratar de um período de certo modo remoto, ao que estamos inseridos. O casamento, o lar, os afazeres domésticos se fazem quase evidente no imaginário. No entanto, a partir de vestígios deixados por indivíduos e indivíduos desse período, é possível a identificação de algumas figuras femininas e mapeamento das atividades realizadas por elas. Neste caso, vale salientar o cuidado que deve ser tido sobre visões generalizadoras acerca da submissão e parcialidade das mulheres, pois inúmeros fatores são relevantes para a compreensão acerca da organização social desta cidade e período a serem tratados neste estudo.

É evidente que havia diferença entre as mulheres, pela idade, níveis sociais, ocupações e estado civil. Um exemplo claro acerca disso, são as duas figuras que servem como objeto para essa produção. A amostra utilizada para a observação é sem dúvidas bastante reduzida para que seja possível uma análise das vivências do “ser mulher” no sertão da Província da Paraíba, no fim do período Imperial e início do período Republicano. No entanto esses exemplos possuem relevância para que se possa compreender, mesmo que minimamente, algumas das atuações femininas nos anos de 1887 e 1898.

É impossível negar a legitimidade da “inferiorização” feminina naquele momento, não se tratava apenas de fatores culturais, mas também institucionais. De modo que homens e mulheres, atingiam a maior idade aos 21 anos, não significando “liberdade” sob suas ações para as mulheres, pois havia a sua passagem pelas esferas de poder, do pai, para o esposo. Essa hereditariedade do poder masculino sob a vida das mulheres, significava uma manutenção da dinâmica de organização do poder.

Isso porque os homens que estavam sob poder do pai, quando se casavam, tornavam-se imediatamente capazes para todos os atos da vida civil. As mulheres, ao contrário, quando se casavam, saíam da esfera de poder do pai e passavam a se submeter ao poder do marido. (AMARAL, 2011, p.3)

Não obstante, pensar a disparidade entre a atuação masculina e feminina no século XIX, não significa dizer que essas mulheres não possuíam participação nas questões que rodeavam a organização dos mais variados espaços da vida rural e urbana. Pois vale lembrar que o período é marcado por uma série de transformações políticas e culturais.

Vê-se que o poder marital só poderia ser conferido ao marido, por ser mais apto e em virtude desse poder, ele podia: exigir obediência da mulher, que era obrigada a moldar suas ações pela vontade dele em tudo que fosse honesto e justo; fixar o domicílio conjugal, devendo a mulher acompanhá-lo; representar e defender a mulher judicial e extrajudicialmente; administrar os bens do casal (PEREIRA, 2004: 107).

Contudo, vale lembrar que isso não se aplicava a todos os grupos familiares do período, pois nem sempre havia a figura masculina como central. O modelo de família pensado para o período não se aplicava a todas, pois algumas delas também eram chefiadas por mulheres. Por isso, apesar do poder masculino ser algo bastante presente e legítimo na organização cultural destas sociedades, o mesmo não pode ser compreendido como totalizante para todas as relações.

O direito tem forte influência na lógica da afirmação do poder que é atribuído ao homem em quesitos legais. No entanto isso não significa que as mulheres não possuíssem direitos ou fossem completamente passivas sob as decisões masculinas. Aparentemente as mesmas se encontravam sempre sob o domínio masculino, no entanto grupos restritos – como as viúvas e solteiras emancipadas – possuíam a autorização do estado para a atuação, como proprietárias e gastadoras dos bens, por exemplo.

## **DISCUSSÕES E RESULTADOS**

A amostra utilizada para a avaliação da atuação feminina na cidade de Cajazeiras no fim do século XIX, é composta por duas mulheres que se encontram presentes na documentação judicial como protagonistas de suas próprias vivências. A análise realizada trata-se mais de questões ligadas às características acerca da atuação feminina na cidade, de que demandas quantitativas.

O primeiro caso analisado, trata-se de uma mulher, que supostamente estava inserida na vida privada e doa parte de seus bens, para o companheiro de sua neta a D. Maria Candida. Os bens aos quais aparecem no Auto de Doação de D. Ana Biserra de Sousa, eram semoventes e de raiz – tratando-se de doze bois, duas fazendas e uma casa na cidade, - que foram avaliados em mais de dois contos de réis. A mesma era viúva de Manuel Bessera de Souza, que faleceu no ano de 1875.

Ana Biserra de Sousa, após uma partilha realizada no ano de 1884, aparece como doadora de parte seus bens para o companheiro de sua neta, o senhor Pedro de Lavor Paes Barreto. Posses essas que foram avaliadas em mais de dois contos de réis, e o motivo do

repassse de seus bens para o donatário e secretário do conselho municipal, não fica tão claro na documentação, mas o que se sabe é que a pessoa que recebe os bens, era alguém que tinha grande participação nos assuntos econômicos da cidade.

No entanto, para que se compreenda deva ter sido D. Ana Biserra, se faz necessária a menção ao seu filho, Francisco Biserra, importante comerciante e político, um dos fundadores do Partido Liberal de Cajazeiras. Segundo (Leitão, 2005, p.28) “Entre seus bens avaliados, em inventário, contava trinta e duas propriedades agrícolas, dez fazendas de criação, e, oitenta prédios no perímetro urbano da cidade.” de modo que a matriarca herda metade dos bens citados, pois o seu filho não era casado nem tinha herdeiros.

Portanto, é possível perceber que D. Ana representava uma mulher de grande sentido para a organização e desenvolvimento da cidade de Cajazeiras, - sendo conhecida como “Mãe aninha dos Besseras” - não apenas pelos bens as quais a mesma possuía, mas pela grupo familiar o qual ela encontrava-se inserida, que corriqueiramente aparece na documentação judicial em diversos setores da economia regional.

A atuação de D. Ana, pode ser compreendida pelo seu exercício enquanto administradora dos bens, o que não era possível se o seu cônjuge estivesse vivo, pois segundo o Código Filipino, o homem que deveria tomar para si o dever de cuidar das finanças da família, e apenas após a sua morte, a mulher poderia tornar-se cabeça de casal e atuar como “chefe” da família.

O que chama a atenção sobre o caso de D. Ana é a informação presente no processo, referente à doação realizada à Pedro de Lavor Paes Barreto, que faz menção ao processo de descrição, avaliação e partilha dos bens de seu filho no ano de 1884, sendo que o seu cônjuge falece em 1875 e este não é mencionado enquanto inventariado. Há a possibilidade de Francisco Biserra, ter ficado administrando os bens familiares, mas se em 1875 uma partilha já tiver sido realizada após a morte do Sr. Manoel, - esposo de D. Ana – o patrimônio familiar que a matriarca herda, é bem maior do que se evidencia no inventário do seu filho falecido em 1884.

A viuvez era algo bastante comum neste período, resultado dos casamentos que na maioria das vezes se consolidava pela junção de um homem de idade mais avançada e uma mulher mais jovem. Por isso a quantidade de mulheres que aparecem como cabeça de casal nas documentações das mais diversas localidades do Brasil são bastante significativas.

O segundo caso do estudo que tem como protagonista D.Victória Biserra de Mello, se encontra presente no livro de Termos de juramento, que funcionava como uma forma de notificar a data, o lugar que o juramento foi feito, quais pessoas o prestava e quais cargos ocupariam na cidade. O evento trata-se do registro do juramento pelo cargo de professora do ensino primário para o sexo feminino.

Por se tratar da participação de maneira muito efetiva na vida pública, as repercussões acerca do que foi desenvolvido por D.Victória, são bastante notáveis na cidade de Cajazeiras. Uma escola e uma rua possuem o seu nome, além do reconhecimento de sua imagem, a partir do que foi realizado por ela no desenvolvimento da cidade através da educação, tendo-a também como patrona da Academia Cajazeirense de Artes e Letras.

O fato de ter D.Victória Biserra, como uma das seis patronas da Academia Cajazeirense de Artes e Letras, num grupo de trinta e sete patronos, demonstra que a sua participação na educação da cidade foi bastante expressiva, e não apenas isso, mas também a confirmação dos desdobramentos da sua atuação, pois mesmo após mais de um século de sua atividade, ainda sim seu nome reverbera nos mais variados locais da cidade.

Os casos aqui citados não fazem parte de uma universalidade acerca da condição feminina no século XIX, pois trata-se de componentes bastante restritos, que se evidenciam nessa documentação judicial. Além das informações também serem bastante reduzidas sobre as duas figuras foram utilizadas como amostra, toda documentação possui intencionalidade e diversas lacunas, ou seja, as informações aqui citadas não podem ser utilizadas como totalidade e completa realidade da condição feminina no período já citado.

## **A CASA E A RUA**

A noção entre público e privado é de suma importância para a compreensão da divisão dos encargos a partir do gênero nos mais variados períodos históricos. Sendo assim, segundo (PRIORE, 1990, pág. 39) “O Renascimento legou à Europa Clássica a noção de privacidade.”, logo o Brasil também sofre influência dessas noções de privacidade, a partir dos processos de colonização. Os encargos atribuídos às mulheres se tratava principalmente do edifício da base familiar, no entanto elas possuíam um enorme poder informal e atuavam como uma parte importante na organização da lógica familiar deste período.

A ação feminina principalmente na administração do patrimônio familiar é algo que tem recebido certo destaque na Historiografia Brasileira, de modo que a partir da documentação judicial é possível mapear e analisar a atividade desse grupo. Mas sempre é necessário lembrar que os indivíduos aos quais aparece nesses registros trata-se figuras que fazem parte normalmente da comunidade que possui certo destaque econômico nas localidades que se consolidam tais pesquisas.

Algo que merece certa atenção quanto a uma característica bastante frequente na documentação judicial, é o pronome de tratamento “dona”, atribuído não somente às mulheres mais velhas, mas também àquelas que estavam inseridas em grupos de prestígio local. E as figuras femininas utilizadas como fundamentação para o estudo, são referenciadas como donas.

Em relação a uma das visões presentes na Historiografia sobre o lugar que era atribuído a mulher do século XIX, se tem a seguinte proposição:

Logo, o mercado de trabalho e a vida pública estavam com as portas fechadas para a maior parte das mulheres, pois, privadas de educação, não tinham qualificação suficiente para uma profissão, continuando confinadas ao lar, exercendo seu tradicional papel de mãe e esposa. (COSTA, 2007: 50)

Sobre a vida pública, o que normalmente se evidencia nos estudos referentes ao período, é que de certo modo existia uma normatização de quem deveria

ocupar esses espaços, de maneira que os homens eram quem preenchiam os principais cargos existentes, e as mulheres se evidenciam de maneira bem restrita. Um exemplo disso é a disparidade encontrada no livro de Termos de Juramento onde o caso que exemplifica a atuação feminina na vida pública de encontra em registro.

No entanto o que se observa acerca de Dona Victória Biserra de Mello, é que em 2 de abril de 1898, ela ocupa um cargo de suma importância para o desenvolvimento da cidade, o de professora do ensino primário para o sexo feminino. Por conseguinte, a mesma se torna uma exceção do que se esperava de uma mulher do século XIX, sendo uma das duas mulheres a aparecerem na documentação referente, em um universo masculino bem mais amplo, de cerca de quarenta homens

O século XIX é marcado por inúmeras transformações no que tange as questões educacionais para o sexo feminino, e já que a ocupação de uma das mulheres usadas como exemplo para a presente investigação se trata da educação, mas não apenas isso, como também algo primordial para as questões ligadas ao “ser mulher”, vale destacar uma observação quanto o assunto, que é proposto pelo Jornal O Conservador:

Mas tendo de começá-la no primeiro número do mês de outubro próximo, pareceume que essa tarefa deveria ser precedida de algumas reflexões sobre a educação do belo sexo entre nós; pois é nossa opinião que só tem legítimo jus suprema elegância a mulher que começou por educar a sua inteligência, e adornar o seu espírito de todas as belas qualidades que assinalam um abismo entre as vítimas da ignorância e os bem-aventurados da civilização. É mister que as nossas leitoras se convençam de uma verdade: se uma mulher sem instrução é uma flor sem perfume, uma mulher sem educação é um desses frutos grosseiros e venenosos que a natureza, como que por escarno, faz brotar dentre as sarças espinhosas. (Jornal O Conservador; 19 de setembro de 1885 *Apud* BARBOSA; 2007, p. 144).

Os pontos destacados pelo jornal O conservador, é de grande relevância para que se compreenda o papel ocupado pelas questões educacionais do “belo sexo”, pois é grande a ênfase na educação para as mulheres, chegando as que não fossem educadas a “um desses frutos grosseiros e venenosos que a natureza, como que por escarno, faz brotar

dentre as sarças espinhosa”. No entanto, a educação que cabia a esse grupo possui um certo diferencial, pois estava voltada principalmente para uma forma de incentivar a aprendizagem de questões que se ligavam ao ambiente doméstico, não contribuindo assim para que as mulheres percebessem o lugar de “submissão” ao qual lhes era posto. Era instrucional, lhes ensinando as famosas prendas femininas.

Questões relativas à educação interligam as duas mulheres utilizadas como exemplificação para a análise da atuação feminina na cidade de Cajazeiras, pois ao mesmo tempo em que uma das figuras, aparece como professora do município, a outra aparece inserida em um grupo de enorme relevância para a organização política e econômica da região, como proprietária de diversos bens, e não sabia escrever. Pois em todas as documentações que ela aparece como protagonista de alguma ação, - como doadora ou inventariante – a mesma necessita de um arrego. Portanto, é possível notar que a educação feminina mesmo estando ligada a instruções de atividades associadas ao sexo feminino, ela ainda era algo muito restrito para a sociedade da época.

A educação para as mulheres também se encontrava muito associada ao saber se comportar. Era muito comum que as mulheres da alta sociedade acompanhassem seus maridos nas atividades públicas. Portanto o comportamento dessas mulheres era avaliado a partir de questões morais, bastante presentes naquele momento, como também nos dias atuais. Portanto, a educação feminina em sua grande maioria estava voltada para a maneira em que elas deveriam agir no ambiente privado, com as questões da administração doméstica e no ambiente público para o seu comportamento digno.

As atividades que eram desenvolvidas supostamente por aquelas que se encontravam no ambiente privado, como a de administração dos bens, as quais normalmente aparecem nos inventários “*post mortem*”, ou como no caso de D. Ana precisam de uma reflexão e observação quanto às características presentes, pois não aparecem como uma forma de trabalho. Logo, tratar-se-ia de um estudo de extração do que não está dito, bem como uma caracterização dessas atividades a partir do olhar do historiador. Percebendo e definindo quais eram as atividades de atuação.

A mulher, obediente aos preceitos da moral católica, não reparava no rebaixamento do padrão em que vivia na sociedade conjugal. Sabia que ao sexo forte estava assegurado o domínio sobre o frágil, com o que, aliás, se mostrava conformada. (...) Mesmo assim, sentia-se feliz em ter o seu lar, ser dona de casa, mãe de família (ALMEIDA, 1958, p. 218).

A noção quanto à privacidade a partir dessa organização social que possuía moldes europeus passa a ser exemplificada e traduzida a partir da relação que existia entre as mulheres e suas casas. Podendo ser percebido de uma maneira mais evidente com a delimitação mais nítida do que seja o público e o privado, e da atribuição dos papéis a esses dois espaços.

Contudo, como a sociedade do que posteriormente passaria a ser Brasil, é marcada evidentemente por ideais religiosos. Essa divisão dos papéis também sofre bastante influência da instituição religiosa que está em dominância na organização cultural do Brasil, atribuindo ao feminino o lugar da “Santa-mãezinha”.

Os casos utilizados como amostra, trata-se de exemplos muito importantes que compõem um ambiente de observação quanto às contribuições realizadas por cada uma das figuras aqui citadas. A participação feminina na cidade que é utilizada nesse estudo como delimitação geográfica é bastante efetiva, desde a sua criação, com a figura de Mãe Aninha encarregada de fundar a primeira igreja da cidade, até D. Victória Biserra como uma importante educadora, no entanto, é importante que não se esqueça que há diversas outras mulheres que também aparecem como “donas” mas que não estiveram incluídas como amostra neste estudo. Como também há outras que não podem ser destacadas por não fazerem parte de grupos que aparecem nessa documentação escrita sobre o período.

Por último, vale lembrar que as divisões feitas entre “público” e “privado” foram pensadas como uma maneira de organizar a discussão, a partir do que se evidencia na documentação quanto aos locais que as mesmas estavam inseridas, mas não expressa necessariamente que as duas figuras utilizadas como amostra para a análise estivessem inseridas fixamente em apenas um dos segmentos.

## **CONCLUSÕES**

À face do exposto se evidencia que não havia um padrão de comportamento feminino, como não há. Os exemplos aqui citados reforçam a ideia da multiplicidade da atuação feminina, no ambiente doméstico ou público. Sendo assim os dois exemplos citados são uma pequena amostra de como essas mulheres viviam no século XIX, e quais eram suas ocupações.

Portanto, é possível perceber que o silenciamento feminino perpetuado pelo senso comum ao longo dos mais diversos momentos históricos não se evidenciam completamente, pois o modelo passivo de mulher criado em paralelo ao termo “patriarcalismo”, não se evidenciava muitas vezes nem no seio da família burguesa.

Desse modo, as mulheres aqui citadas, sejam elas atuantes na vida pública ou privada, desempenham aparentemente atividades de suma importância para a organização e desenvolvimento da cidade. Várias questões não podem ser respondidas quanto às mesmas, pela falta de registro, mas quanto ao que já foi destacado, é notório que estavam inseridas em posição de destaque na construção do que hoje vem a ser a cidade. Sendo isso comprovado pelas repercussões na historiografia local.

D. Ana e D. Victória foram mulheres do seu próprio tempo. Consequentemente, não se deve haver comparações e expectativas completamente revolucionárias quanto a atuação dessas figuras do desenrolar histórico da cidade. O olhar para os acontecimentos aqui citados sob a relação dessas mulheres com o ambiente público e privado da cidade, foi bastante subjetivo, na tentativa de compreender suas repercussões e particularidades, mas sempre lembrando que o momento histórico ao qual esses acontecimentos se encontram vinculados, possuía outras demandas culturais, sociais e organizacionais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. Inferiorizando as mulheres no período Imperial brasileiro: a influência do direito. **Anais Xxvi Simpósio Nacional de História da Anpuh**, São Paulo, p.1-17, jul. 2011. Anual. Disponível em:

<[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141\\_ARQUIVO\\_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

IBGE. **História & fotos**. Disponível

em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/historico>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LEITÃO, Deusdeidit. **Ruas de Cajazeiras**. João Pessoa: Ideal, 2005.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Mulheres proprietárias na Capitania do Norte, séculos XVII-XVIII: balanço historiográfico e apontamentos. **Saeculum**, João Pessoa, v. 1, n. 38, p.1-15, jul. 2017. Semestral. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/31470/19634>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

**MULHERES E PROPRIEDADE PRIVADA: filhas, esposas e viúvas em Santana de Paraíba no século XVII**. São Paulo: Revista da SBPH, 1889-1890. Anual.

PRIORE, Mary del. A casa e a rua. In: PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: Ação feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia**. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 39-44. Disponível em: <[https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/94\\_priore\\_mary\\_del\\_termo.pdf](https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/94_priore_mary_del_termo.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Raptos consentidos: Afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

**O MOVIMENTO OPERÁRIO NA BAHIA E EM PERNAMBUCO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: CORRENTES POLÍTICAS E APROXIMAÇÕES COM A POLÍTICA HEGEMÔNICA**

Norma Rangel Rolim de Oliveira

UFPB

89norma@gmail.com

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações acerca das relações entre o Estado, as oligarquias regionais e o movimento operário em dois estados do atual